



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI  
*Casa Zulmiro Guilherme*

## SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2020 DA ASSESSORIA CONTÁBIL

Segundo Aditivo ao Contrato nº 011/2020, que entre si celebram, de um lado a Câmara Municipal de Jupi e de outro lado a Empresa Kelly Cristine Muniz de Almeida - ME., na forma e condições abaixo especificadas:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JUPI**, Estado de Pernambuco, com sede à rua Napoleão Teixeira Lima, s/n, Centro, Jupi-PE, inscrita no CNPJ sob nº 11.240.967/0001-67, constituindo-se Pessoa Jurídica, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. PAULO CESAR CORDEIRO VILELA, Presidente da Câmara, portador RG nº 6110860 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 046.011.694.02, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado à Empresa Kelly Cristine Muniz de Almeida - ME, estabelecida na Avenida Júlio Brasileiro, nº 1118 – térreo, sala A, Heliópolis, Garanhuns-PE, inscrita no CNPJ sob nº 26.775.830/0001-84, neste ato representada por Kelly Cristine Muniz de Almeida, inscrita no CPF/MP sob nº 728.270.174-15 de ora em diante denominada simplesmente CONTRATADA, fica combinado e ajustado o Termo Aditivo para a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços especializados de Consultoria e Assessoria Contábil, Financeira e Orçamentária para à Câmara de Vereadores de Jupi, referente ao Processo Licitatório nº 01/2020, Tomada de Preços nº 001/2020, sob as seguintes cláusulas e condições que será regido pela Lei Federal nº 8.666/63 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente TERMO ADITIVO tem como objeto proceder à alteração na Cláusula II, do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnico-Contábil, firmado em 09 de novembro de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA** – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo para Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnico-Contábil, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.




CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI  
*Casa Zymliro Guilherme*

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, não alteradas no presente instrumento jurídico.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 011/2020, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Jupi, 09 de novembro de 2022.

  
PAULO CESAR CORDEIRO VILELA  
Presidente da Câmara

  
KELLY CRISTINE MUNIZ DE ALMEIDA - ME  
Contratada

assinado por: idUser 83

PORTAL DA TRANSPARENCIA

<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-202303093949.pdf>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: KELLY CRISTINE MUNIZ DE ALMEIDA**  
**CNPJ: 26.775.830/0001-84**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:15:48 do dia 20/05/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 16/11/2022.

Código de controle da certidão: **556A.4358.51EB.B555**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000005855640-01

Data de Emissão: 12/09/2022

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 26.775.830/0001-84

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até 10/12/2022 devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página [www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br).

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

PORTAL DA TRANSPARENCIA

assinado por: idUser 83

<http://oloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-202303093949.pdf>